

CÂMARA MUNICIPAL DE SOROCABA

ESTADO DE SÃO PAULO

COMISSÃO DE JUSTIÇA

Relator: Gervino Cláudio Gonçalves

PL 752/2025

Trata-se de Projeto de Lei, de autoria do Executivo, que "Desafeta bens de uso comum para integrar o rol de bens de uso especial e autoriza o Município de Sorocaba a realocar moradores residentes em área de risco que especifica, e a construir e doar novas unidades habitacionais e da outras providências".

De início, a proposição foi encaminhada ao **Jurídico**, para exame da matéria, que exarou parecer **favorável ao projeto**.

Vem, agora, a esta Comissão de Justiça para ser apreciada.

Trata a propositura de desafetação de bens de uso comum e, ato contínuo, afetação ao rol de bens de uso especial o que é viável juridicamente haja vista que, conforme o art. 108 da Lei Orgânica do Município de Sorocaba, cabe ao Prefeito a administração dos bens móveis e imóveis, competindo-lhe privativamente a iniciativa de leis que tratem de desafetação (Art. 61, II da LOM), sendo que, no caso em tela, propõe-se apenas a alteração da finalidade pública, de bem de uso comum para uso especial não se tratando, em rigor, de desafetação, mas de simples conversão de uso, e que seria recomendável que a Ementa e o Art. 1º proporcionassem maior precisão do escopo da lei.

Ademais, após a proposição, ainda no evento 1.2, fls. 9-12, **segue a documentação da área**, memorial descritivo e avaliação técnica da área.

Materialmente, a doação dos imóveis às famílias residentes em áreas de risco geotécnico e de inundação, assegurando sua realocação em condições seguras e dignas, está em consonância com os **princípios da função social da propriedade pública, da dignidade da pessoa humana (art. 1º, III, da CF) e do direito à moradia (art. 6º, da CF), evidenciando o seu interesse público e com a Lei Nacional nº 13.465, de 2017, que dispõe sobre a regularização fundiária e urbana.**

Contudo, o art. 7º da proposição, ao assegurar o pagamento do Auxílio-Moradia "independentemente de aferição de renda" e "até a entrega das chaves da moradia definitiva", expande o alcance e os critérios de concessão do benefício instituído pela Lei Municipal nº 12.850/2023, caracterizando a criação e o aumento de despesa pública. Diante disso, impõe-se a necessidade de apresentação da estimativa do impacto orçamentário-financeiro, em observância ao disposto no art. 16 da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) e no art. 113 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, o que foi comprovado após juntada por meio de Ofício Legislativo ao PL.

Pelo exposto, nada a opor ao PL 752/2025, a sua aprovação dependerá do voto favorável de 2/3 (dois terços) dos membros (art. 40, § 3°, '1', "e" da LOM).

S/C., 30 de outubro de 2025.

GERVINO CLÁUDIO GONÇALVES Presidente-Relator

CRISTIANO ANUNCIAÇÃO DOS PASSOS Membro

JOÃO DONIZETI SILVESTRE Membro



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço https://sorocaba.camarasempapel.com.br/autenticidade utilizando o identificador 310030003100390035003A00540052004100

Assinado eletronicamente por João Donizeti Silvestre em 30/10/2025 13:09

Checksum: 22E6698E9731BC032C2A673F43A6D913680A9A3E7C85C85F543C337E5A38C057

Assinado eletronicamente por Gervino Cláudio Gonçalves em 30/10/2025 13:25

Checksum: 7EF26A5C6D98679ACBBDBDED9DDECA0A11340F05EAC6CBF780DF1E3013B5DCAF

Assinado eletronicamente por Cristiano Anunciação dos Passos em 30/10/2025 13:33

Checksum: 8CB0D3026D412E8A071FE59D521985A8005CA3E7EE6564DBEBC7D8056553CE8B

